

## Habitação e Democracia

Ao serem publicadas estas linhas o País estará com o Plano Habitacional em seu repertório legislativo.

Nunca se pense que a habitação pode ser considerada um tema fora da área do governo, exclusivo interesse entre proprietários, inquilinos, empreendimento particular imobiliário, compradores eventuais. A casa própria tem de contar com tudo isto, mas também com a assistência estatal.

Se tivéssemos certeza de que a assistência estatal estaria bem esclarecida, à altura de computar a habitação entre os fatores primordiais de felicidade coletiva, de segurança, de saúde, de estabilidade social — e se se acrescentasse a essa consciencialização do problema a resolução de ir ao âmago dos aspectos técnicos da arquitetura e do urbanismo, então ao Estado caberia cuidar, exclusivamente, do vasto campo que aí se estende.

A boa habitação, a habitação digna, é um dos pressupostos de justiça social, dos direitos do homem, duma sociedade democrática.

Num livro que nem por ser velho envelheceu tanto que não valha a pena recordá-lo, Richard Neutra corrigia a expressão "housing", dar habitação, por "rehousing", ou seja, dar habitações novas. E lembrava que há vinte mil anos o sentido de construção sempre foi o de dar nova moradia ao homem. O que importa então é construir novo e reconstruir o obsoleto. Ao obsoleto a civilização democrática o condena, pois o que se quer é qualidade também distribuída. Se se pensa que o Estado não pode fazer isso é negar a planificação presidida por "Sir" Patrick Abercrombie para a Grã-Bretanha, o deslocamento das massas londrinas para as cidades satélites, livres do "smog" e da promiscuidade.

Importa, então, que o Plano Habitacional, proporcionando um financiamento, seja aplicado no sentido de dar a todos os brasileiros habitação condigna, em qualquer local que seja. Não apenas o abrigo do cortiço, da favela, dos chamados "apertamentos" das cidades empilhadas de que S. Paulo é o exemplo culminante, mas habitação mesmo, com a moradia simplificada e funcional, mesmo dentro do planejamento em série, mas sempre no contexto de uma sistematização urbanística.

O atual governo da República voltou as suas vistas para o problema e no setor do Planejamento está um homem informado e de boa vontade, que deseja, realmente, trabalhar pelos princípios da democracia na modernização do País. Urge que lhes demos, a esse governo e a esse setor de Planejamento toda a colaboração possível. Porque a vida democrática é ampla colaboração.

Certamente, haverá muitas dificuldades a vencer, e a primeira delas é a de eliminar o vício do lucro rápido, do enriquecimento à margem da inflação galopante, em que temos, realmente, "galopado", nestes últimos 22 anos. Num país subdesenvolvido como o nosso, a história do período aberto com a nossa entrada na segunda guerra mundial, constituiu uma série até agora não interrompida de aproveitamento da guerra. O setor imobiliário sofreu tal impacto com essa mentalidade do enriquecimento rápido, que os investimentos nesse setor causaram espanto a frios economistas como a equipe da Missão Abbink, que aqui encontrou um aceleração de especulação inimaginável. As famosas "valorizações de terrenos" só foram pagas pelo povo que nada recebeu em troca das fortunas feitas da noite para o dia.

O período deflacionário terá de percorrer, revolucionariamente, o caminho inverso, na eliminação da especulação.

Pensamos então que é chegada a hora dos Arquitetos e dos Urbanistas, em suas entidades de classe, em seus conselhos de estudos, em suas publicações, na cátedra, junto aos empresários, mas principalmente em esclarecimento das melhores soluções ao governo, para que a obra democrática que o problema da habitação apresenta seja bem fundamentada e encontre suas grandes linhas de novo desenvolvimento.

É chegada a hora do Arquiteto e do Urbanista, do Engenheiro e do Construtor — é chegada a hora de estabelecer para o futuro esta esperança do presente.